

## I

## Definição do Islão

É difícil generalizar acerca do Islão. Para começar, a própria palavra é habitualmente usada com dois significados relacionados mas distintos, equivalentes a cristianismo e cristandade. Num dos sentidos designa uma religião, um sistema de fé e de culto; no outro, designa a civilização que cresceu e floresceu sob a égide dessa religião. Por conseguinte, a palavra «Islão» designa mais de catorze séculos de história, 1,3 biliões de pessoas, e uma tradição religiosa e cultural de enorme diversidade. Cristianismo e cristandade representam um número maior e um período de tempo mais longo: mais de 2 biliões de pessoas, mais de vinte séculos, e uma diversidade ainda maior. Contudo, algumas generalizações podem ser e são feitas acerca daquilo a que variavelmente se chama civilização cristã, judaico-cristã, pós-cristã e — de modo mais simples — civilização ocidental. Embora generalizar acerca da civilização islâmica possa ser difícil e por vezes, num certo sentido, perigoso, não é contudo impossível, e de certo modo pode ser útil.

Em termos de espaço, o reino do Islão estende-se de Marrocos à Indonésia, e do Cazaquistão ao Senegal. Em tempo, remonta a mais de catorze séculos atrás, ao advento e missão religiosa do profeta Maomé na Arábia no século VII d.C., e à criação, sob a sua liderança, da comunidade e do estado islâmicos. No período que é visto pelos historiadores europeus como um interlúdio de trevas entre as antigas civilizações — Grécia e Roma — e o aparecimento da civilização moderna — Europa —, o Islão era a civilização dominante no mun-

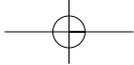


do, caracterizada como tal pelos seus grandes e poderosos reinos, a sua indústria e comércio ricos e diversificados, e pela originalidade e criatividade das suas ciências e letras. O Islão foi, muito mais que a cristandade, o estádio intermédio entre o Oriente antigo e o Ocidente moderno, para o qual contribuiu notavelmente. Mas durante os últimos três séculos, o mundo islâmico perdeu o seu domínio e liderança, ficando para trás em relação ao Ocidente moderno e também ao Oriente em processo de modernização rápida. Esta brecha que se alarga coloca problemas cada vez mais prementes, tanto de natureza prática como emocional, para os quais os governantes, os pensadores e os rebeldes do Islão ainda não encontraram respostas eficazes.

O Islão, como religião, está em todos os aspectos muito mais próximo da tradição judaico-cristã do que de qualquer das grandes religiões da Ásia, como o hinduísmo, o budismo e o confucionismo. O judaísmo e o Islão partilham a crença numa lei divina que regula todos os aspectos da actividade humana, incluindo até a comida e a bebida. Cristãos e muçulmanos partilham um triunfalismo comum. Em contraste com as outras religiões da humanidade, incluindo o judaísmo, acreditam que somente eles são os afortunados receptores e guardiões da mensagem final de Deus à humanidade, que têm a obrigação de levar ao resto do mundo. Comparadas com as mais remotas religiões do Leste, as três religiões do Médio Oriente — judaísmo, cristianismo e Islão — são todas estreitamente aparentadas, e surgem como variantes da mesma tradição religiosa.

A cristandade e o Islão são em muitos aspectos civilizações irmãs, bebendo ambas da herança comum da revelação e da profecia judaicas e da filosofia e ciência gregas, e alimentando-se ambas das tradições imemoriais da Antiguidade no Médio Oriente. Durante a maior parte da sua história comum têm travado uma luta corpo-a-corpo, mas mesmo envolvidas em luta e em polémica revelam o seu parentesco essencial e os aspectos comuns que as ligam uma à outra e as separam das civilizações mais remotas da Ásia.

Mas do mesmo modo que há semelhanças, há também disparidades profundas entre elas, que vão para além das diferenças óbvias no que respeita a dogmas e ao culto. Diferenças essas que são mais profundas — e mais evidentes — nas atitudes dessas duas religiões, e dos seus representantes autorizados, perante as relações entre governo, religião e sociedade, do que em qualquer outro aspecto. O



fundador do cristianismo ordenou aos seus seguidores: «dai a César aquilo que é de César; e a Deus aquilo que é de Deus» (Mateus, XXII:21); e durante séculos o cristianismo cresceu e desenvolveu-se como uma religião dos oprimidos, até que, com a conversão do imperador Constantino ao cristianismo, o próprio César se tornou cristão e deu início a uma série de mudanças, pelas quais a nova religião conquistou o Império Romano e transformou a sua civilização. O fundador do Islão foi o seu próprio Constantino, que fundou o seu estado e império próprios. Por conseguinte ele não criou — ou não precisou de criar — uma igreja. A dicotomia *regnum e sacerdotium*, tão crucial na história da cristandade do Ocidente, não teve equivalência no Islão. Durante a vida de Maomé, os muçulmanos tornaram-se imediatamente uma comunidade política e religiosa, com o Profeta como chefe de Estado. Nessa qualidade, ele governou um lugar e um povo, exerceu a justiça, cobrou impostos, comandou exércitos, declarou a guerra e fez a paz. A primeira, e fundadora, geração de muçulmanos, cujas aventuras constituem a história sagrada do Islão, não foi posta à prova durante muito tempo através de perseguições nem teve uma história de resistência a um poder estatal hostil. Muito pelo contrário, o estado que os governava era o do Islão, e a aprovação dada por Deus à sua causa foi-lhes manifestada na forma de vitória e império neste mundo.

Na Roma pagã, César era Deus. Para os cristãos, há uma escolha entre Deus e César, e gerações infinitas de cristãos foram apanhadas na ratoeira dessa escolha. No Islão não houve uma escolha dolorosa como essa. Na nação islâmica universal tal como é concebida pelos muçulmanos, não existe César mas apenas Deus, que é o único soberano e a única fonte emanadora de leis. Maomé foi o Seu profeta, que ao longo da sua vida ensinou e governou em nome de Deus. Quando Maomé morreu, em 632 d.C., a sua missão espiritual e profética de levar à humanidade o livro de Deus estava completa. O que faltava realizar era a tarefa religiosa de propagar a revelação de Deus até que todo o mundo a tivesse aceitado. Isto seria conseguido através do alargamento da autoridade, e, portanto, do número de membros da comunidade que abraçava a verdadeira fé e fazia com que a lei de Deus fosse cumprida. Para garantir a coesão e liderança necessárias a esta tarefa, era preciso um representante ou sucessor do Profeta. A palavra árabe *khalifa* foi o título adotado

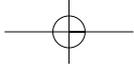


pelo sogro de Maomé e seu primeiro sucessor, Abu Bakr, cuja ascensão à chefia da comunidade islâmica representou a fundação da grande instituição histórica do califado.

Sob os califas a comunidade de Medina, onde o Profeta tinha sido empossado, em apenas um século transformou-se num vasto império, e o Islão tornou-se uma religião mundial. Na experiência dos primeiros muçulmanos, que foi preservada e registada para as gerações futuras, a verdade religiosa e o poder político estavam indissolúvelmente associados: a primeira santificava o segundo e o segundo apoiava a primeira. O Ayatollah Khomeini uma vez fez notar que «o Islão ou é política ou não é nada». Nem todos os muçulmanos iriam tão longe, mas a maioria concordaria que Deus se ocupa de política, crença essa que é confirmada e apoiada pela *shari'a*, a Lei Santa, que se ocupa extensivamente da aquisição e exercício do poder, da natureza da legitimidade e da autoridade, dos deveres do governante e do súbdito, resumindo, daquilo a que nós, no Ocidente, chamaríamos lei constitucional e filosofia política.

A longa interacção entre Islão e cristianismo e as muitas semelhanças e influências mútuas entre os dois têm levado por vezes os observadores a negligenciar algumas diferenças significativas. Diz-se que o Corão é a Bíblia muçulmana; que a mesquita é a igreja muçulmana; que os ulemás são o clero muçulmano. As três afirmações são verdadeiras, no entanto, todas elas são seriamente enganadoras. O Antigo e o Novo Testamento são ambos constituídos por colectâneas de livros vários, abrangendo um vasto período de tempo e vistos pelos crentes como contendo a revelação divina. O Corão, para os muçulmanos, é um simples livro, feito de uma vez só por um só homem, o profeta Maomé. Depois de um debate ao vivo nos primeiros séculos do Islão, foi adoptada a doutrina de que o Corão em si é indestrutível e eterno, divino e imutável. Isto tornou-se um princípio básico da religião.

A mesquita é de facto a igreja muçulmana, na medida em que é um lugar de culto comunal. Mas não se pode falar «da mesquita» como se fala «da Igreja», isto é, de uma instituição com a sua própria hierarquia e as suas leis, destacada do Estado. Os ulemás (que no Irão e nos países muçulmanos influenciados pela cultura persa são conhecidos por *mulás*) podem ser definidos como um clero em sentido sociológico, enquanto profissionais da religião, acreditados



como tal através de instrução adequada e diploma. Mas no Islão não existe sacerdócio — não há mediação sacerdotal entre Deus e o crente, não há ordenação, nem sacramentos, nem rituais que só um clero ordenado pode celebrar. No passado poder-se-ia acrescentar que não há concílios nem sínodos, nem bispos para definir a ortodoxia ou inquisidores para a fazer cumprir. Hoje isto já não é inteiramente verdade, pelo menos no Irão.

A função fundamental do ulemá — deriva de uma palavra árabe que significa «conhecimento» — é fazer cumprir e interpretar a Lei Santa. A partir de finais da Idade Média começou a surgir algo semelhante a um clero paroquial, que acudia às necessidades das pessoas comuns em cidades e aldeias, mas que habitualmente nada tinha a ver com os ulemás nem merecia a confiança destes, estando mais relacionado com o Islão místico do que com o dogmático. Nas últimas monarquias islâmicas da Turquia e do Irão apareceu uma espécie de hierarquia eclesiástica, mas que não tinha raízes na tradição muçulmana clássica, e os membros dessas hierarquias nunca exigiram, e muito menos exerceram, os poderes dos prelados cristãos. Nos tempos modernos houve muitas alterações, sobretudo devido a influências ocidentais, e surgiram instituições e profissões que apresentam semelhanças suspeitas com as igrejas e os clérigos cristãos. Mas representam um afastamento do Islão clássico, e não um regresso a ele.

Se é possível falar de um clero no mundo islâmico num sentido sociológico limitado, de laicidade, porém, não é possível falar em sentido nenhum. A simples ideia de algo separado ou possível de separar da autoridade religiosa, que em linguagem cristã se exprime por termos como «leigo, temporal ou secular», é totalmente estranha ao pensamento e à prática islâmicos. Só em tempos relativamente recentes surgiram vocábulos equivalentes a estes em árabe. Foram copiados dos usados por cristãos de língua árabe, ou inventados recentemente.

Desde os tempos do Profeta que a sociedade islâmica teve um carácter duplo. Por um lado, era uma nação — uma chefatura que se tornou sucessivamente um estado e um império. Por outro lado era, ao mesmo tempo, uma comunidade religiosa fundada por um profeta e governada pelos seus representantes, que eram também seus sucessores. Cristo foi crucificado, Moisés morreu sem ter entrado na

